

## A ECONOMIA CRIATIVA E A CRIAÇÃO DE VALOR COMPARTILHADO: O PAPEL DESTES MODELOS FRENTE AO ATUAL MOMENTO ECONÔMICO-SOCIAL

Gabriela Porcel y Gabriel Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Positivo. Aluna do curso de Pós-Graduação em Economia Criativa e Novos Modelos de Negócios na FAE Business School. Iasmin Fausto Cavalcanti de Souza Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Positivo. Aluna do curso de Pós-Graduação em Economia Criativa e Novos Modelos de Negócios na FAE Business School. Luis André Wernecke Fumagalli Professor Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor e Coordenador do MBA Executivo In Management da FAE Business School.

Contato: gabiporceel@hotmail.com  
iasmin.cavalcanti@hotmail.com  
luis.fumagalli@fae.edu

### RESUMO

Este artigo se trata de uma discussão e conceituação da Economia Criativa e da Criação de Valor Compartilhado no atual momento econômico-social, apresentando o capital humano como principal ferramenta para estes novos modelos econômicos. Neste trabalho são abordados aspectos da transformação que está acontecendo com a transição da terceira para a quarta revolução industrial. A mudança no mercado de trabalho frente à automação, o alto desenvolvimento científico-tecnológico e as dificuldades causadas pelas sucessivas revoluções industriais são levantados a fim de contextualizar o surgimento destes novos modelos de negócios. Por meio de uma pesquisa exploratória, seguida de análise e descrição, fundamentações teóricas e teses de autores são evidenciadas e articuladas. Objetiva-se investigar os conceitos da Economia Criativa e introduzir as definições de CVC (Criação de Valor Compartilhado), a fim de compreender contribuições e potencialidades de ambos os modelos no contexto econômico-social.

Palavras-chave: Economia Criativa. Criação de Valor Compartilhado. Modelos Econômicos. Revoluções Industriais.

---

### INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos os avanços tecnológicos trouxeram impactos à sociedade, que por sua vez passaram a acontecer de forma cada vez mais intensa. Este fenômeno pode ser reconhecido nas sucessivas e gradativas Revoluções Industriais dos últimos três séculos. O progresso científico, a exploração de recursos e implementação de novas tecnologias têm-se mostrado como fatores chave para explicar a reorganização social e econômica que a sociedade vem experienciando.

Em meados do Século XVIII, a Inglaterra vivenciou o que hoje é considerado o marco da Primeira Revolução Industrial. Considerável parte do trabalho manual foi substituído pela produção fabril. Já a Segunda Revolução Tecnológica, que ocorreu no fim do Século XIX, favoreceu a produção em massa, facilitando o acesso aos bens de consumo. A Terceira Revolução, que teve sua origem na segunda metade do Século XX, é caracterizada pela Era da Informação, período no qual houve a difusão do uso de computadores e posteriormente, da Internet, e de rápidos avanços tecnológicos e científicos.

As Revoluções Industriais trouxeram melhorias à humanidade, como acesso à informação, tecnologia, saúde e bens de consumo. No entanto, ocasionaram danos à sociedade no ponto de vista social, ambiental e econômico. Como por exemplo, a excessiva exploração de recursos naturais, a transformação no mercado de trabalho frente ao uso de novas tecnologias e o aumento das desigualdades sociais. Neste contexto de transformações, novos modelos e economias estão emergindo.

A Economia Criativa é uma das novas economias. Seu conceito é relativamente novo, manifestou-se no começo da década de 1990, na qual se destaca o valor intangível da criatividade e do conhecimento humano, singularidades de difícil substituição pela automação.

Um novo modelo com foco na geração de valor é a Criação de Valor Compartilhado. Devido às consequências acarretadas pelo progressivo sistema capitalista, o tripé da sustentabilidade: o economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto, ficou fragilizado. Com isso diversas empresas procuraram mudar seu comportamento e, por meio de ações, buscaram estratégias de desenvolvimento econômico que trouxessem simultaneamente benefícios à sociedade. Michael E. Porter e Mark Kramer definiram a Criação de Valor Compartilhado, afirmando que a competitividade de uma empresa e a saúde das comunidades em torno dela estão diretamente relacionadas (PORTER; KRAMER, 2011, p. 6).

Frente a este contexto, aqui brevemente apresentado, este trabalho tem como objetivo investigar os conceitos da Economia Criativa e introduzir definições de CVC (Criação de Valor Compartilhado), a fim de compreender suas potencialidades e contribuições. A construção deste artigo se dá por meio de uma pesquisa exploratória de produções acadêmicas e literárias, com o objetivo de articular conceitos e autores, para que se possa analisar e demonstrar o papel do novo modelo econômico que está sendo introduzido.

## 1 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi escolhido o método de pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. A opção pela pesquisa exploratória se deu por meio do objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema. Este tipo de pesquisa tem o aprimoramento de ideias como principal objetivo, possibilitando uma variedade de aspectos a serem considerados acerca do tema estudado, em muitos casos assumindo a forma de pesquisa bibliográfica (GIL, 2007, p. 41).

A abordagem qualitativa deste trabalho se deve pela subjetividade e complexidade dos temas abordados, como a economia, a criatividade e a criação de valor, uma vez que não são facilmente quantificados. A respeito desta abordagem, afirma-se:

É o tipo de pesquisa apropriada para quem busca o entendimento de fenômenos complexos específicos, em profundidade, de natureza social e cultural, mediante descrições, interpretações e comparações, sem considerar os seus aspectos numéricos em termos de regras matemáticas e estatísticas (FONTELLES et al., 2009).

Por meio de uma pesquisa exploratória na internet e em livros, um resgate histórico foi feito, além de uma busca por conceitos e dados. Artigos, livros, relatórios e outras publicações serviram como base para uma breve contextualização do atual momento econômico-social e para a conceitualização da Economia Criativa e da Criação de Valor Compartilhado.

## 2 AS REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS E SEUS IMPACTOS

O progresso é almejado pela humanidade desde os primórdios das civilizações. Atreladas à história da humanidade, as transformações foram fundamentais para as evoluções vivenciadas há alguns séculos. Desde meados do Século XX até o momento atual, aconteceram muitas transformações e avanços tecnológicos, científicos e sociais. Ainda que para as novas gerações este cenário de intensas modificações possa parecer natural, na história da evolução humana a velocidade das mudanças não ocorreu de forma constante. Houve momentos em que certas criações mantinham sua relevância por um longo período de tempo, até que um momento de ruptura ocorresse, demandando, então, novas soluções para novos problemas. De acordo com Schumpeter, o desenvolvimento econômico envolve um processo de destruição criativa, onde as novas tecnologias sobrepõem às antigas, mantendo assim um processo contínuo de transformações (NELSON, 2011, p. 270).

As transformações aconteciam de forma lenta, onde cada nova criação destacava uma nova etapa para a humanidade. De acordo com Le Goff (1988, p. 180) “os hábitos de periodização histórica levam, assim, a privilegiar as revoluções, as guerras, as mudanças de regime político, isto é, a história dos acontecimentos”.

A história da humanidade é marcada por diversas revoluções, palavra esta que dá o sentido de uma mudança abrupta. Quando o uso de novas tecnologias e a mudança nas formas de perceber o mundo alteram as estruturas sociais e sistemas econômicos, ocorre assim um momento de ruptura, no qual há o surgimento de uma revolução, ainda que estas alterações possam levar anos para acontecer (SCHWAB, 2016, p. 18).

No período Pré-Revolução Industrial, parte considerável do consumo era de mercadorias resultantes da fabricação manual. No caso do artesanato, o produtor dominava todo o processo de criação. A confecção do artefato dependia do ritmo e destreza do artesão, tornando assim a produção pouco volumosa e lenta (ANTUNES, 2011, p. 6). A manufatura, descendente da produção independente, o artesanato, surgiu em decorrência do desenvolvimento e do domínio de novos métodos e instrumentos, em busca de uma melhoria na velocidade de fabricação, para diminuir custos e gerar mais lucros.

A Revolução 1.0, também conhecida como primeira Revolução Industrial, teve seu início no Século XVIII e fez com que a Inglaterra fosse o país pioneiro da industrialização, época caracterizada pelo uso de energia a vapor e pela mecanização da produção, ocasionando uma substituição da fabricação manual pela produção fabril. Devido a essa transformação no setor industrial, houve uma melhoria no setor produtivo, trazendo assim um novo contexto para os meios de transporte e de produção, acelerando o desenvolvimento do sistema capitalista (ANTUNES, 2011, p. 19). Transmitia-se para a sociedade a ideia de que, a cidade era a promessa para melhores circunstâncias, lugar no qual haveriam novas possibilidades para os migrantes rurais. Graças ao rápido crescimento econômico nas zonas urbanas, milhares de pessoas se deslocaram do campo para as cidades em busca de novas oportunidades (SEABRA, 2004, p. 187).

O crescimento populacional nas áreas urbanas foi um dos resultados provocados pelo acelerado êxodo rural que aconteceu na época. Isso resultou em uma grande mudança no aspecto das cidades. Os ambientes urbanos não estavam preparados para comportar o fluxo de pessoas que estavam recebendo, com isso subúrbios foram criados como uma resposta ao impulso da industrialização (LEFEBVRE, 2001, p. 24). Esse cenário fez com que a qualidade de vida fosse bastante prejudicada.

A desvalorização do operário era uma realidade na época, além de jornadas de trabalho excessivamente grandes e qualidade de vida precária dentro das fábricas. A classe

trabalhadora submetia-se ao comando dos donos das indústrias, os quais concentravam a maior parte da renda em suas mãos, acentuando a desigualdade e causando assim uma divisão entre as classes, onde duas se destacavam: o proprietário e o proletariado.

Existia um embate de interesses entre o capital e o trabalho, no qual o proprietário buscava o máximo de lucro, a partir do mínimo de salários dos operários, combinado ao máximo físico da jornada de trabalho dos mesmos, a questão neste caso se define na relação de forças entre os combatentes (MARX, 1865, 2002, p. 40).

Posteriormente a essa cadeia de acontecimentos, em meados do Século XIX, a humanidade foi emergida em uma nova conjuntura, a segunda Revolução Industrial. Continuando o processo de industrialização, este período foi marcado pelo aprimoramento tecnológico e pela criação de novos meios de produção, fazendo com que o avanço industrial, que antes se limitava somente à Inglaterra, se expandisse para demais países da Europa e do mundo. O uso da eletricidade, petróleo e aço causaram mudanças no contexto industrial e social, possibilitando assim mais conforto para cidadãos e cidadãs da época. O aumento na produtividade possibilitou a elevação da renda per capita, de modo com que as melhorias nas condições de vida fossem seguidas por um crescimento demográfico, que posteriormente veio a consumir os lucros obtidos por meio da evolução tecnológica (LANDES, 1969; 2005, p. 43).

A função mecânica, trabalho padronizado e a produção em série eram grandes características do ambiente de trabalho. Esperava-se do operário um trabalho de somente execução, pois tarefas que envolviam o intelectual e a criatividade não eram permitidas (SILVA, 2015, p. 225). Esse padrão também é característica do modelo Fordista, um sistema de produção cujo principal traço é a produção em massa, no qual o repetitivo e a monotonia eram predominantes, onde havia uma separação entre quem criava (técnicos e engenheiros) e quem executava (o operário).

O Século XIX foi marcado pelas ideias do progresso e da Revolução Francesa assim como a linha dos dados acumulados. Esta concepção do progresso desenvolveu-se por meio dos avanços técnicos e científicos, bem como o sucesso da Revolução Industrial e a melhoria do bem-estar, conforto e instrução, para pelo menos as elites ocidentais (LE GOFF, 1988, p. 223). Com a vinda no Século XX, após a segunda guerra mundial, a sociedade se deparou com a Revolução Técnico-Científica-Informacional, também conhecida como a terceira Revolução Industrial. Diferentes esferas na economia como a robótica, informática, as ciências, transporte, telecomunicações e a infraestrutura sofreram mudanças devido ao momento em que se encontravam.

Apesar das melhorias trazidas à humanidade, como o aumento no acesso aos bens de consumo, os resultados do desenvolvimento econômico trouxeram simultaneamente um aumento nas desigualdades sociais, assim como um grande desequilíbrio ambiental. O capitalismo contemporâneo na era da globalização tem sido acompanhado por uma intensificação da desigualdade global, uma vez que acentuam-se investimentos entre grandes economias (HELD; MCGREW, 2011).

Esse novo cenário econômico, trouxe uma mudança na visão de algumas empresas, que tinham como foco o lucro e passaram a levar em conta a sustentabilidade. Com isso, a concepção do tripé da sustentabilidade (*Tripple Bottom Line*): o economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto, se tornou essencial para o desenvolvimento sustentável (BARBOSA, 2007). Os conceitos aprendidos e reproduzidos durante anos sobre o capitalismo, como a produção acelerada, maiores lucros e melhor desempenho, acabaram desenvolvendo a característica do consumismo.

Neste contexto reafirma-se a emergência da questão ambiental, por conta dos impactos no meio ambiente ocasionados pela produção capitalista que tem como base a utilização dos recursos naturais de forma descontrolada, sem levar em conta os ritmos de reprodução da natureza (QUINTANA; HACON, 2011, p. 428). Devido a esse alto consumo de recursos naturais, a relação entre homem e o ambiente se desestabilizou e o tripé da sustentabilidade ficou fragilizado.

O consumo extremo é um dos principais obstáculos quando se trata da preservação do planeta. O grande acúmulo de CO<sub>2</sub> na atmosfera, o excessivo desmatamento e contaminação do solo e da água, são apenas alguns dos problemas da crescente degradação ambiental causadas pela concentração industrial. Esse cenário gera situações de risco para a saúde populacional, principalmente para aqueles que residem em lugares mais desvalorizados, devido à poluição, fazendo com que os efeitos da degradação ambiental sejam distribuídos pela população de forma desigual (GONÇALVES, 1999). Tendo em vista esse quadro de situações de intensa extração de recursos naturais finitos, desgaste ambiental e desigualdades sociais, novas soluções e mudanças comportamentais devem ser consideradas para o enfrentamento dessas questões.

Além das intensas transformações ambientais, a terceira Revolução Industrial marcou uma reestruturação social, resultante da utilização de novas tecnologias e meios de comunicação, em especial a Internet. O uso da rede proporcionou uma forma de comunicação não vivenciada antes, de modo com que seja possível criar uma interação de muitos com muitos em uma escala global (CASTELLS, 2003, p. 8). Este novo contexto

modificou a sociedade, principalmente ao romper a lógica anterior de espaço e tempo, de forma com que passassem a existir múltiplas territorialidades e espacialidades (IANNI, 1996). Pode-se dizer que mundo se tornou menor, no que se diz respeito à troca de informações e interações sociais. A possibilidade de comunicação a nível mundial é um grande marco da globalização.

A Internet viabilizou o acesso exponencial de informações, por meio do qual pessoas de toda a parte do globo podem expandir seus conhecimentos, utilizando a rede. A capacidade atual de um intercâmbio global de saberes, conhecimentos, contatos e informações é propulsora para o atual momento de rápidas e constantes evoluções, tornando-se assim um verdadeiro veículo de socialização (LÉVY, 1999, p. 14).

### 3 A INDÚSTRIA 4.0 E A TRANSFORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

A 4ª Revolução Industrial é uma fase de transição que se iniciou junto ao Século XXI. A expansão do uso da internet e os grandes avanços científicos e tecnológicos trouxeram à humanidade rápidas mudanças. Atualmente, vive-se em uma época marcada pela vasta digitalização e grande capacidade de distribuição da informação.

As TICs – tecnologias da informação e da comunicação – desempenham um papel fundamental nos dias de hoje; devido a elas, sensores, dispositivos, sistemas e outras tecnologias estão mais eficazes e acessíveis. As invenções científicas, tecnológicas e principalmente as de comunicação, têm simultaneamente estimulado e causado um processo de transformações na sociedade (CARDOSO, 1999, p. 218). A crescente conexão entre aplicações físicas e digitais que se comunicam, por meio da rede, é caracterizada pelo fenômeno da Internet das Coisas (IOT, na sigla em inglês) e teve sua origem na quarta revolução industrial (SCHWAB, 2016). Estas refinadas interações tecnológicas, combinadas à inteligência artificial, permitem com que máquinas estejam aptas a colaborar e aprender, coletando, armazenando e trocando dados em tempo real.

A digitalização combinada à atividade industrial é forte característica da Indústria 4.0, na qual sistemas ciberfísicos conectam o mundo real com o virtual a fim de otimizar processos, como a produção e a distribuição. O uso da inteligência artificial, *big data* (grandes conjuntos de dados a serem armazenados e processados), armazenamento em nuvem, robótica avançada, entre outros, nos apresenta um panorama de intensas inovações que irão além do processo industrial.

O impacto desta nova indústria irá ultrapassar a simples digitalização, percorrendo assim uma forma de inovação mais complexa, na qual múltiplas tecnologias são combinadas. Esta mudança forçará as organizações a repensar como gerem seus negócios e processos, como introduzem novos produtos e serviços no mercado, assim como se posicionam na cadeia de valor (COSTA, 2017, p.7).

A criação e aplicação de novos recursos tecnológicos está resultando em uma transição no mercado de trabalho. Atualmente há tecnologia de ponta capaz de substituir diversas atividades manuais, de serviço e de atendimento, até então realizadas por humanos, tornando a automação cada vez mais presente. A expansão no uso de tecnologias traz simultaneamente melhorias e desafios à sociedade.

Esta substituição de mão de obra pode ser considerada um desafio a várias funções, em especial as que não estejam tão relacionadas ao capital humano e criatividade em sua execução. A robotização teve efeito especialmente sobre o trabalho repetitivo e rotineiro, que acabou se tornando mais acelerado e preciso diante essa substituição da mão humana pelo autômato (SINGER, 1999, p. 27).

Um estudo publicado pelo Laboratório de Aprendizado de Máquinas em Finanças e Organizações da Universidade de Brasília (UnB) em março de 2019 mostrou, probabilisticamente, a expansão da automação e do uso da Inteligência Artificial no Brasil para os próximos anos. De acordo com esta pesquisa, denominada “Na Era das Máquinas, O Emprego é de Quem? Estimação da Probabilidade de Automação de Ocupações No Brasil”, há uma previsão de que até o ano de 2026, 54% dos empregos formais do país poderão ser substituídos por robôs e programas de computadores (ALBUQUERQUE et al., 2019). Ainda neste estudo, os autores colocam que, diante da circunstância aparentemente alarmante, deve-se levar em conta diversos cenários na dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. Os pesquisadores colocam que:

Por um lado, atividades tipicamente rotineiras e não cognitivas, como a de ascensorista, devem de fato ser automatizadas. Por outro, outras profissões que integram tanto subtarefas facilmente automatizáveis quanto as de difícil execução por robôs devem sofrer transformações em função do desenvolvimento da tecnologia e da inteligência artificial. A tendência é que essas ocupações fiquem cada vez mais centradas em tarefas intensivas em criatividade e análise crítica e gradualmente se afastem de atividades corriqueiras e repetitivas [...] (ALBUQUERQUE et al., 2019, p. 25).

Levando em conta a complexidade desta discussão e das circunstâncias do atual mercado de trabalho, este processo pode ser analisado por meio de um ponto de vista, no qual a automação venha a beneficiar não somente os empreendedores, assim como os trabalhadores. A crescente interação homem-máquina traz novas possibilidades para a reestruturação dos trabalhos e dos processos de produção.

A substituição de atividades ergonomicamente desconfortáveis, fisicamente difíceis ou mentalmente estressantes é uma perspectiva favorável para os trabalhadores. Por meio da interação entre máquinas e pessoas surgem oportunidades de inclusão no mercado de trabalho, pois limitações físicas ou sensoriais podem ser compensadas com o auxílio de máquinas e sistemas (GRALIA; LAZZARESCHI, 2018, p. 113). A medida que a tecnologia se desenvolve, ela passa a suprir gradativamente a força braçal humana e simultaneamente demanda cada vez mais do potencial humano da inteligência. Desta forma as organizações passam a se apoiar mais no Recurso Humano do Conhecimento do que o recurso físico (ANTUNES, 2000).

A transição de revoluções industriais que está sendo vivenciada, acarreta em uma situação de novos desafios e oportunidades. Diante do importante papel da tecnologia nos dias de hoje, reafirma-se conjuntamente o valor do capital humano. Empresas que valorizam este capital destinam maior parte do tempo e do talento das pessoas em atividades que tragam inovação (STEWART, 1998).

Neste contexto, há uma visão otimista que acredita que novas oportunidades de negócios e ocupações terão a capacidade de comportar os desempregados da tecnologia. Haverá uma demanda por novas competências, uma vez que a criatividade, a inovação e o empreendedorismo serão características do trabalho humano que ainda superará, por algum tempo, o das máquinas (MAGALHÃES; VENDRAMINI, 2018, p. 42). Sendo assim, reafirma-se importância de profissionais preparados para as atividades relacionadas ao capital humano. À medida que a digitalização permeia as diversas áreas da vida humana, a criatividade e análise crítica ganham um papel estratégico frente aos desafios do futuro.

#### **4 A ECONOMIA CRIATIVA**

Por meio das mudanças econômicas e tecnológicas das últimas décadas, aconteceram impactos no mercado de trabalho e nos modelos de negócios. O foco nas atividades industriais tradicionais foi deslocado para atividades relacionadas ao conhecimento, como nos setores de serviços dinâmicos, com maior aptidão para o fomento de trabalho qualificado e, em muitos casos, maior capacidade de criação de valor agregado (NYKO; ZENDRON, 2018, p. 262).

Neste momento de reorganização econômica e social, empresas investem cada vez mais na inovação. A Economia Criativa promove uma renovação na capacidade estratégica das organizações, por meio da viabilização de novos processos produtivos, da busca de

novos mercados e promoção de maior eficiência (FIRJAN, 2019). Ao destacar o papel da Economia Criativa, levanta-se primordialmente uma reflexão sobre a criatividade, enquanto definição e recurso.

A criatividade é, entre outras definições, a capacidade de criar o novo e especialmente de reinventar, mudar paradigmas e unir pontos até então desconexos. Quando vista como recurso econômico, ela se trata de uma fonte renovável, cujo estoque aumenta à medida que o uso da mesma também. A “concorrência” entre agentes criativos estimula a atuação de novos produtores ao invés de saturar o mercado (REIS, 2008, p. 15).

O conceito de uma Economia Criativa teve seu nascimento em meados do século XX por meio do termo Indústrias Criativas. Duas nações foram responsáveis por introduzir este termo em um panorama global, a Austrália e o Reino Unido. Em 1994 a Austrália lançou o relatório Nação Criativa (*Creative Nation*), destacando a relevância do trabalho criativo e sua importância para a economia do país, apontando tecnologias como aliadas ao fomento da cultura. Em pouco tempo o conceito chegou ao Reino Unido, que no ano de 1997, frente a uma competição econômica global, detectou as indústrias criativas como um setor econômico que merecia especial atenção e estímulos, por meio de políticas públicas, para aumentar o seu já expressivo crescimento (REIS, 2008, p. 16).

Desde meados do século XX os termos “Indústrias Criativas”, “Economias Criativas” e “Setores Criativos” têm ganhado crescente atenção. A conceitualização desses termos se mostra como um desafio, por conta da vagueza que possam expressar e da atualidade do tema, dado o número moderado de publicações relevantes acerca do tema no momento da pesquisa. Não há uma definição central para Economia Criativa, no entanto há pontos em que as definições existentes se convergem.

Ao trazer um resgate histórico do conceito, o Relatório de Economia Criativa da UNCTAD<sup>1</sup> (2010, p. 9) destaca a importância da publicação de John Howkins, *Creative Economy*, no ano de 2001, na qual relacionou economia com criatividade. Howkins discorre sobre a transformação da criatividade em produto. Para ele a criatividade e a economia não são novas, no entanto, a extensão da relação entre elas e a capacidade de criar extraordinário valor e riqueza é que são (UNCTAD, 2010, p. 9).

Já em 2010 o Relatório de Economia Criativa define o termo como um conceito em progresso apoiado nos ativos criativos, recursos culturais e de capital humano, que têm potencial de gerar crescimento e desenvolvimento econômico. De acordo com o relatório, a economia criativa pode estimular geração de renda, empregabilidade, exportação de ganhos

---

<sup>1</sup> Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

e, simultaneamente, promover inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano. Esta economia abrange aspectos sociais, culturais e econômicos, que se relacionam com os objetivos de tecnologia e propriedade intelectual; sendo ela, a economia criativa, um conjunto de atividades econômicas que se baseiam no conhecimento e que se mostra como uma possibilidade viável de desenvolvimento, que demanda como resposta, políticas inovadoras e multidisciplinares (UNCTAD, 2010, p. 10).

Em 2011 o Ministério da Cultura publicou o Plano da Secretaria da Economia Criativa e consigo trouxe uma definição própria para os “setores criativos”, tendo em vista que muitos dos conceitos existentes foram definidos em países de realidades diferentes do Brasil. Optou-se por definir “setores criativos” ao invés de “indústrias criativas”, uma vez que a palavra “indústrias” no Brasil faz associação aos processos de produção em larga escala e já no inglês pode se referir aos setores de uma economia. O Ministério da Cultura descreveu setores criativos como aqueles cujas atividades de produção têm como processo inicial um ato criativo que gera valor simbólico, elemento central da formação de preço, resultando assim em produção de riqueza cultural e econômica (BRASIL, 2011, p. 22).

O Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil deste ano, 2019, apresentou dados da participação do PIB Criativo no PIB Total Brasileiro entre os anos de 2004 e 2017. Constatou-se uma tendência de aumento da participação da indústria criativa na economia nacional desde meados da década anterior. O recesso econômico dos últimos anos levou a uma atenuação dessa tendência. Desde 2014 existe um cenário de estabilização da participação criativa no PIB nacional. Durante os últimos quatro anos (2014 a 2017) a participação das indústrias criativas ficou ao redor de 2,62%, com pequenas oscilações, tendo o seu pico em 2015, com 2,64% (FIRJAN, 2019, p. 10).

Sob um aspecto mais amplo do papel da economia criativa e seus desdobramentos, ratifica-se não somente a relevância dos setores diretamente relacionados à criatividade, assim como a dos profissionais criativos. Os trabalhadores criativos apresentam posição estratégica frente aos desafios econômicos e mudanças tecnológicas que se apresentam, tendo eles o papel de bússola, mapeando e propondo novas direções para o desenvolvimento, produção e consumo, uma vez que mesmo na indústria clássica, o futuro é criativo (FIRJAN, 2019, p. 43).

## 5 A CRIAÇÃO DE VALOR COMPARTILHADO

Uma parte considerável dos problemas advindos do atual sistema capitalista, é o papel de atuação das empresas e organizações e sua abordagem de foco preferencialmente na produtividade e geração de lucros. Esses ideais que continuam sendo propagados, não se adequam ao atual momento, uma vez que negligenciam problemas sociais e ambientais. O enfrentamento entre a sociedade e as empresas têm ocorrido por muito tempo, pelo fato de que os economistas atestaram a ideia de que para conseguir trazer benefícios à sociedade, as empresas devem atenuar o seu sucesso econômico (PORTER; KRAMER, 2011, p. 4).

Com o passar do tempo na busca de diminuir a lacuna entre as empresas e o bem-estar da sociedade, ações como a filantropia (ato humanitário de ajudar o próximo por meio de atitudes solidárias e altruístas) e a responsabilidade social empresarial (uma busca das organizações em fazer suas escolhas com uma conduta ética, englobando aspectos, sociais, culturais, ambientais e econômicos) começaram a se tornar cada vez mais frequentes dentro de organizações. Esses modelos podem ser vistos como uma gestão que é baseada em um comportamento responsável e ético, onde os valores humanos estão dentro de suas decisões, e existe um respeito de interesses e benefício para todas as partes que envolvem o negócio (GOMES, 2007).

Porém o desempenho destas ações não é totalmente efetivo, uma vez que não consegue trazer um equilíbrio entre os interesses sociais e econômicos. A prática da filantropia corporativa está em declínio, isto é, pelo fato da pressão que é colocada nas empresas pela sociedade, pois se é esperado que a organização demonstre sua responsabilidade social. Esse uso da estratégia de filantropia muitas vezes é aplicado como uma forma de relações públicas ou marketing, para promover a imagem da empresa (PORTER; KRAMER, 2002, p. 1).

Com isso, no intuito de beneficiar mutuamente o elo entre o setor social e o econômico, os estudiosos e especialistas, Michael E. Porter e Mark R. Kramer levantaram em seu artigo *“The Big Idea: Creating Shared Value”* (2011), o conceito de Criação de Valor Compartilhado (CVC). O termo Criação de Valor Compartilhado foi apresentado como um modelo de gestão do ano de 2011, e ele propõe uma transformação no pensamento administrativo como um todo.

CVC é diferente de filantropia, responsabilidade social, sustentabilidade ou caridade, é uma criação de valor econômico por meio da resolução de problemas sociais. Devido ao fato de que a competitividade de uma empresa e a saúde das comunidades a sua volta estão entrelaçadas (PORTER; KRAMER, 2011, p. 6).

Existem três maneiras principais que empresas podem oportunizar a busca pelo valor compartilhado, como: reconsiderar produtos e mercados, redefinir a produtividade em a cadeia de valor e habilitar o desenvolvimento de um *cluster* local (rede de empresas e instituições em uma mesma esfera geográfica) (PORTER; KRAMER, 2011, p. 5).

Para conseguir produzir mudanças e introduzir a CVC dentro das organizações, alterações precisam ser feitas no *core business*, a parte central de um negócio, e não somente em algumas áreas da empresa, se distanciando assim da maneira antiga de se fazer negociações. Porém poucos líderes do setor social tem a mentalidade e a formação administrativa para conseguir implantar os modelos da Criação de Valor Compartilhado. Por meio da introdução desse conceito, é apontado que não somente as necessidades econômicas, mas também como as sociais, definem o mercado, precisando assim reconectar o sucesso da empresa ao progresso social (PORTER; KRAMER, 2011, p. 5). Líderes de empresas terão que ter uma nova visão, e adquirir novos conhecimentos e habilidades, para conseguir trazer a CVC para dentro de suas organizações, olhando para as necessidades da sociedade com uma maior preocupação e apreciação.

Podendo alterar o *core business* da empresa com a introdução do valor compartilhado, desencadeia-se uma reconexão entre as áreas sociais e econômica, mostrando que o propósito não é mais somente o lucro em si. Isso possibilita uma nova etapa no momento industrial onde uma onda de inovação e crescimento global pode ser desencadeada remodelando o capitalismo e sua relação com a sociedade (PORTER; KRAMER, 2011, p. 4).

Neste contexto, a CVC demanda que as organizações a vejam não somente como uma estratégia e sim uma mudança de dentro das mesmas e de seus negócios. A Criação de Valor Compartilhado entende-se que se for praticada e entendida de forma correta, ela consegue trazer resultados efetivos para todas as partes da empresa, por meio de novas maneiras de inserção no mercado. Fazer com que a busca pelo valor compartilhado seja algo regular, faz com que um propósito social acabe sendo definido. Divulgando esse propósito em todas as partes da organização e, integrando em seus planejamentos estratégicos, processos centrais e seu orçamento faz com que uma cultura seja liberada trazendo nela os melhores funcionários e atraindo mais facilmente parcerias com objetivos semelhantes (PFITZER et al., 2013, p. 3).

Os problemas sociais, em certos casos, acarretam custos internos para as empresas como desperdício de energia ou matéria prima, acidentes e a necessidades de treinamento corretivo para compensar inadequação na educação. O enfrentamento desses problemas sociais não eleva necessariamente os custos da empresa, pois esta pode começar a inovar

com empregos, novos métodos e tecnologias, assim como abordagens de gestão diferentes, e com isso expandir seus mercados e aumentar a produtividade (PORTER; KRAMER, 2011, p. 5).

Empresas que obtêm sucesso, precisam de uma sociedade saudável. Educação, saúde, oportunidades iguais são necessárias para produzir uma força de trabalho. Produtos seguros e condições de trabalho não só vão atrair clientes, mas também irão diminuir acidentes e custos internos (PORTER; KRAMER, 2006, p. 7). Quando uma empresa é bem gerenciada e aplica em experiência, recursos e em uma gestão para entender em que problemas ela participa e que consegue visualizar, isso pode trazer maior impacto no bem social do que qualquer outra organização filantrópica ou instituição (PORTER; KRAMER, 2006, p. 14).

Como visto acima, a Economia Criativa e a Criação de Valor Compartilhado são relevantes frente ao momento de transformações econômicas, tecnológicas e de ressignificação do papel das empresas no mundo atual. O progresso econômico, o desenvolvimento social e o aspecto da sustentabilidade combinados à implementação de novas tecnologias e à importância do capital humano, não só podem coexistir, como quando combinados, apresentam uma vantagem competitiva, pelo modo que configuram a sua cadeia de valor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo objetivou compreender as contribuições e potencialidades da Economia Criativa e da Criação de Valor compartilhado frente ao atual momento econômico-social. Como visto ao longo deste trabalho, pode-se afirmar que as transformações das sucessivas Revoluções impactaram o atual momento. Houve impactos positivos e negativos do ponto de vista econômico-social. As transformações advindas com os avanços tecnológicos, trouxeram novas demandas e consigo novos modelos e economias.

O papel do capital humano e da criatividade se reafirmam a medida que a tecnologia passa a substituir parte dos trabalhos. A crescente automação pode ser vista como uma possibilidade de transformação que venha beneficiar não somente as organizações, como também os profissionais. O conhecimento humano passa a ter papel estratégico frente às novas economias, em especial para a Economia Criativa. Ela representa a potencialidade da criação de valor econômico unido à criatividade, favorecendo a diversidade, a inovação, a propriedade intelectual e a inclusão.

A Criação de Valor compartilhado se mostrou um modelo estratégico de gestão empresarial para que organizações busquem o progresso econômico sem abrir mão do

progresso social. Por meio da implementação do modelo da Criação de Valor Compartilhado ocorre uma transformação benéfica na cadeia de valor, que visa o bem-estar econômico-social.

Por meio da articulação de definições e teses de autores, o problema geral deste trabalho foi respondido, destacando conceitualizações e as capacidades, sob diferentes aspectos, da Economia Criativa e da Criação de Valor Compartilhado, assim como as similaridades entre estes dois conceitos.

Por fim, é interessante pontuar que para ter uma visão mais clara sobre o impacto da Economia Criativa e da Criação de Valor Compartilhado no atual momento econômico-social, seria pertinente fazer estudos de casos, para compreender em um nível mais prático a aplicação destes dois conceitos, sendo assim sugestões para pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE P. H. et al. **Na era das máquinas, o emprego é de quem?** Estimação da probabilidade de automação de ocupações no Brasil. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990. (Texto para Discussão n. 2457).
- ANTUNES, D. J. N. **Capitalismo e desigualdade**. 2011. 273 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia,, Campinas, 2011.
- ANTUNES, M. T. P. **Capital intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000.
- BARBOSA, P. R. A. Índice de sustentabilidade empresarial da bolsa de valores de São Paulo (ISE-BOVESPA): exame da adequação como referência para aperfeiçoamento da gestão sustentável das empresas e para formação de carteiras de investimento orientadas por princípios de sustentabilidade corporativa. 2007. 148 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto COPPEAD de Administração, 2007.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da economia criativa: políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014**. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.
- CARDOSO, T. F. L. Sociedade e desenvolvimento tecnológico: uma abordagem histórica. In: GRINSPUN, M. P. S. Z. (Org.). **Educação tecnológica: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 183-225.
- CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **Relatório de economia criativa 2010: economia criativa, uma opção de desenvolvimento viável**. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2010.
- COSTA, C. Indústria 4.0: o futuro da indústria nacional. **POSGERE: Pós-Graduação em Revista**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 5-14, set. 2017.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Mapeamento da indústria criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2019.
- FONTELLES, M. J. et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, Belém, v. 23, n. 3, p. 1-8, jul./set. 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOMES, A.; MORETTI, S. L. A. **A responsabilidade e o social: uma discussão sobre o papel das empresas**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GRAGLIA, M. A. V.; LAZZARESCHI, N. A indústria 4.0 e o futuro do trabalho: tensões e perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 14, p. 109-151, set./dez. 2018.
- HELD, D.; MCGREW, A. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=wkhwJCcOwAQC&lpg=PA7&dq=globaliza%C3%A7%C3%A3o%20desigualdade&lr&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

IANNI, O. As ciências sociais na época da globalização. **Revista Brasileira de Ciência Sociais** [On-line], São Paulo, v. 13, n. 37, p. 43-73, jun. 1998.

LANDES, D. S. (1969). **O Prometeu desacorrentado**: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, de 1750 até os dias de hoje. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1988.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Trad. de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAGALHÃES, R.; VENDRAMINI, A. Os impactos da quarta revolução industrial. **GV-Executivo**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 40-43, jan./fev. 2018.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. [1865]. **Salário, preço e lucro**. 4. ed. São Paulo: Centauro: 2002.

NELSON, R. R. Technology, institutions, and economic development. In: DRECHSLER, W.; KATTEL, R.; REINERT, E. **Techno-economic paradigms**: essay in honour of Carlota Perez. London: Anthem, 2011. p. 269-286.

NYKO, D.; ZENDRON, P. Economia criativa. In: PUGA, F. P.; CASTRO, L. B. de (Org.). **Visão 2035**: Brasil, país desenvolvido: agendas setoriais para alcance da meta. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2018.

PFITZER, M. W.; BOCKSTETTE, V.; STAMP, M. Innovating for Shared Value. **Harvard Business Review**, Boston, v. 91, n. 1, p. 100-107, Sep. 2013.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. Strategy and society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. **Harvard Business Review**, Boston, v. 84, n. 12, p. 78-92, dez. 2006.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. The big idea: creating shared value. **Harvard Business Review**, Boston, v. 89, n. 1-2, p. 62-77, Jan./Feb. 2011.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. The competitive advantage of corporate philanthropy. **Harvard Business Review**, Boston, v. 80, n. 12, p. 56-68, dez. 2002.

QUINTANA, A. C. S. V.; HACON, V. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 25/26, p. 427-444, dez. 2011.

REIS, A. C. F. (Org.). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento**: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. Trad. de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

SEABRA, O. L. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 181-206, jul./dez. 2004.

SILVA, A.B.R.B. Acidentes, adoecimento e morte no trabalho como tema de estudo da História. In: OLIVEIRA, T. B. (Org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2015. p. 215- 240.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

STEWART, T. A. **Capital intelectual**. 6. ed. Trad. de Ana Beatriz Rodrigues, Priscilla Martins Celeste. Rio de Janeiro: Campos 1998.